

- Spitzer V, Ackerman MJ, Scherzinger AL, Whitlock D. 1996. The Visible Human Male: A Technical Report. *J. Am. Med. Inf. Ass.* 3, 2, 118-130.
- Svirko E, Mellanby J. 2008. Attitudes to e-learning, learning style and achievement in learning neuroanatomy by medical students. *Med Teach* 30:e219–e227.
- Venail F, Deveze A, Lallemand B, Guevara N, Mondain M. 2010. Enhancement of temporal bone anatomy learning with computer 3D rendered imaging softwares. *Med Teach* 32:e282–e288.
- Wanzel KR, Hamstra SJ, Anastakis DJ, Matsumoto ED, Cusimano MD. 2002. Effect of visual-spatial ability on learning of spatially-complex surgical skills. *Lancet* 359:230–231.
- Yeung JC, Fung K, Wilson TD. 2011. Development of a computer-assisted cranial nerve simulation from the visible human dataset. *Anat Sci Educ* 4:92–97.
- Zinchuk AV, Flanagan EP, Tubridy NJ, Miller WA, McCullough LD. 2010. Attitudes of US medical trainees towards neurology education: "Neurophobia" - a global issue. *BMC Med Educ* 10:49.

2.63.

Título:

Referenciais Brasileiros de Qualidade para a Educação a distância

Autor/a (es/as):

Sá, Eliana Maria de Oliveira [UFAL]

Pinto, Anamelea de Campos [UFAL]

Resumo:

A educação na modalidade a distância (doravante EAD) tem se configurado no Brasil, especialmente após a popularização das tecnologias da informação e comunicação, como um poderoso instrumento de democratização do acesso ao ensino de qualidade de públicos inacessíveis na modalidade presencial. No entanto, assim como no ensino presencial, o atributo “qualidade”, sem critérios explícitos que o caracterizem, torna-se ambíguo e subjetivo, levando ao risco de não contribuir para a formação de indivíduos críticos e capazes de transformar a realidade a sua volta. Nesse sentido, o Ministério de Educação, instituição máxima do Brasil na área da educação, concebeu os “referenciais de qualidade” que, mesmo não tendo força de lei, fundamentam os atos legais do poder público no que se refere à modalidade em questão. Os referenciais mencionados, elaborados em 2003 e revisados em 2007, estabeleceram, inicialmente, 10 e, posteriormente, 08 itens básicos a serem considerados pelas instituições na

preparação de cursos e programas na modalidade EAD. São tópicos principais que devem ser contemplados nos projetos políticos-pedagógicos das instituições ofertadoras de cursos a distância, dentre os quais as recomendações pertinentes ao quesito material didático, foco deste artigo. É relevante destacar que o atendimento às recomendações contidas nos referenciais do MEC é critério de análise na avaliação desses cursos pela instituição credenciadora, o próprio MEC. Sendo assim, uma inquietação natural vem à tona, no sentido de investigar que referenciais são esses, o que eles dizem e como se consolidam nos cursos da modalidade EAD. Partindo dessas indagações, o presente trabalho realiza um esforço de responder a esses questionamentos, no que se relaciona ao quesito específico do material didático. Para tanto, adotou-se uma metodologia de pesquisa do tipo qualitativa-descritiva, de natureza exploratória, com abordagem de cunho documental, bibliográfica e de estudo de caso, que teve como campo de pesquisa o Curso de Especialização em Gestão Pública (EGP), do Programa Nacional de Formação em Administração Pública de uma universidade pública do Nordeste do Brasil. A coleta dos dados abrangeu o estudo dos documentos relativos aos referenciais, com a observação do AVA utilizado e de entrevistas com os gestores do curso. Os resultados parciais da pesquisa apresentam indícios de que as exigências do MEC tenham sido apenas parcialmente cumpridas no curso pesquisado, onde algumas recomendações foram totalmente atendidas, outras parcialmente e, por fim, em menor número, houve alguns pontos que não foram observados na execução do curso. O presente *paper* objetiva, a partir das recomendações específicas sobre qualidade do material didático, verificar como se dá a obediência a esses critérios a partir da experiência do curso de EGP.

Palavras-chave:

Material didático, referenciais de qualidade, educação a distância.

1. Introdução

A história da educação a distância (EAD) no Brasil teve um forte impulso a partir de 2006, com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Concebida para atuar na forma de sistema integrado de universidades públicas, a UAB tem como objetivos desenvolver a modalidade EAD e expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior (UAB/CAPES, s/d a).

Dados de 2009 (UAB/CAPES, s/d b) revelam números da ordem de 88 instituições integrantes do Sistema UAB, entre universidades públicas federais e estaduais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Foram abertos 720 polos de apoio presencial e mais de 187.000 vagas foram disponibilizadas pela EAD.

Parte desses números advém do **Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) que fomentou a oferta** cursos a distância de graduação (bacharelado) e pós-graduação *lato sensu* (especialização), com objetivo de formar gestores nas esferas públicas municipal, estadual e federal. Um desses cursos serviu de lócus para a realização deste estudo.

Os dados apresentados acima, obtidos num intervalo de apenas quatro anos (entre 2006 e 2009), se por um lado impressionam positivamente por outro lado desvelam uma importante questão que precisa ser afrontada sem mais delongas, para garantir que a EAD se consolide enquanto educação de qualidade, e que trata das condições adequadas para atuar a distância.

A UAB, ao tempo em que fortaleceu a EAD como modalidade, promoveu uma rápida proliferação de cursos. De acordo com a Sanchez (2007), no período 2004-2007 o número de alunos de instituições autorizadas pelo Sistema de Ensino (MEC e CEEs) a praticar EAD cresceu 213,8% enquanto o número de instituições aumentou 54,8%. Entretanto, essa velocidade exigiu, entre outras coisas, uma preparação em larga escala de profissionais para lidar com essa nova realidade, a exemplo de tutores, equipe técnica, gestores de projetos e professores, em sua maioria migrantes digitais, levados a atuarem em um novo paradigma, em meio a nova lógica educacional.

O Brasil tem urgência por soluções que alterem seus frágeis indicadores educacionais e a EAD, nesse sentido, representa uma opção concreta de reversão dos índices negativos que o país apresenta. No entanto, não se pode prescindir de parâmetros mínimos de qualidade que oriente os atores envolvidos na modalidade, visto que, características como distância e uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação (TIC) são diferenciais que conferem à EAD necessidades específicas, diferentes do ensino presencial.

Compreendendo a importância de seu papel na formulação das políticas brasileiras de educação o Ministério da Educação (MEC), criou alguns referenciais para o ensino a distância. Esses referenciais são de caráter orientativos e propõem-se a auxiliar na construção de uma EAD de qualidade, guiando professores e demais envolvidos no desafio premente de educar a distância.

Nesse contexto, este trabalho se propõe a fazer uma revisão nos Referenciais de Qualidade do MEC (2003, 2007), focando nos itens básicos que devem ser considerados pelas instituições na preparação de cursos e programas na modalidade EAD confrontando as duas versões, e adotando como recorte mais profundo o quesito material didático.

A revisão dos documentos mencionados foi o passo inicial que fundamentou a investigação do tema no curso de Especialização em Gestão Pública, doravante EGP, do PNAP, tido em uma universidade da região Nordeste do Brasil, onde efetuou-se um estudo comparativo com objetivo de realizar um confronto teoria-prática entre o que sugerem os Referenciais e o que efetivamente se configura na realidade.

2. EAD, Referenciais brasileiros de qualidade e as recomendações para o material didático

Serão considerados dois conceitos de EAD, para efeito deste estudo. O primeiro é um conceito clássico, amplamente disseminado, que compreende a EAD de forma sistêmica, e, portanto, compatível com a abordagem utilizada nos referenciais do MEC (2003, 2007), que também percebe a modalidade como um sistema integrado por vários processos, atores e recursos que precisam atuar de forma sinérgica para alcançar seu objetivo precípua: educar. Assim, Moore e Kearsley consideram que EAD é :

[...] o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais (2007, p. 02).

Em se tratando de um estudo baseado em documentos oficiais do MEC (2003, 2007) para a EAD, é importante verificar a definição do governo brasileiro para EAD, explicitada, no Capítulo I do Decreto nº 5.622, de dezembro de 2005, da Presidência da República, que de certa forma se coaduna com a visão de Moore e Kearsley (2007) e estabelece que:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Os Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância (MEC, 2003) e os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC, 2007) foram concebidos com o objetivo de “apresentar referenciais que orientem alunos, professores, técnicos e gestores na busca por maior qualidade dessa forma de educação ainda pouco explorada no Brasil” (MEC, 2003), e ressaltam:

Assim, para efeito desses referenciais, considera-se que a diferença básica entre educação presencial e a distância está no fato de que, nesta, o aluno constrói conhecimento – ou seja, aprende – e desenvolve competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e à sua própria vida, no tempo e local que lhe são adequados, não com a ajuda em tempo integral da aula de um professor, mas com a mediação de professores (orientadores ou

tutores), atuando ora a distância, ora em presença física ou virtual, e com o apoio de sistemas de gestão e operacionalização específicos, bem como de **materiais didáticos intencionalmente organizados**, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados através dos diversos meios de comunicação (MEC, 2003, online). [Grifo nosso].

A citação acima evidencia o aspecto sistêmico da EAD e seus vários processos interligados e complementares, assim como seus atributos intrínsecos relativos à distância e flexibilização do tempo.

Em 2007, foi efetuada a atualização do documento elaborado em 2003, desta vez com amparo na legislação, a saber: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); Decreto 5.622 de 20/12/2005; Decreto 5.773 de jun/2006; Portarias Normativas 1 e 2 de 11/01/2007. Note-se que parte da legislação foi criada posteriormente a 2003, ano da construção do primeiro documento.

A atualização do documento deu-se após 4 anos de experiência acumulada e do amadurecimento da EAD, desde a criação dos Referenciais de 2003, e nas avaliações feitas pelo próprio MEC. O novo Referencial, reforça a importância da EAD no contexto da política de expansão da educação superior, define princípios, diretrizes e critérios para referenciar as instituições, evitando a precarização da educação superior e inclui referências específicas aos polos de apoio presencial.

O Referencial de 2007 reconhece a necessidade de uma abordagem sistêmica em virtude da complexidade dos processos da EAD e procura contemplar aspectos pedagógicos, de recursos humanos e de infraestrutura, que devem estar integralmente expressos no projeto político pedagógico de um curso de EAD.

Os Referenciais de Qualidade do MEC (2003, 2006) estabeleceram “itens básicos” que devem conter o Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância. A figura 1 apresenta a relação desses itens, contidos em cada um dos Referenciais.

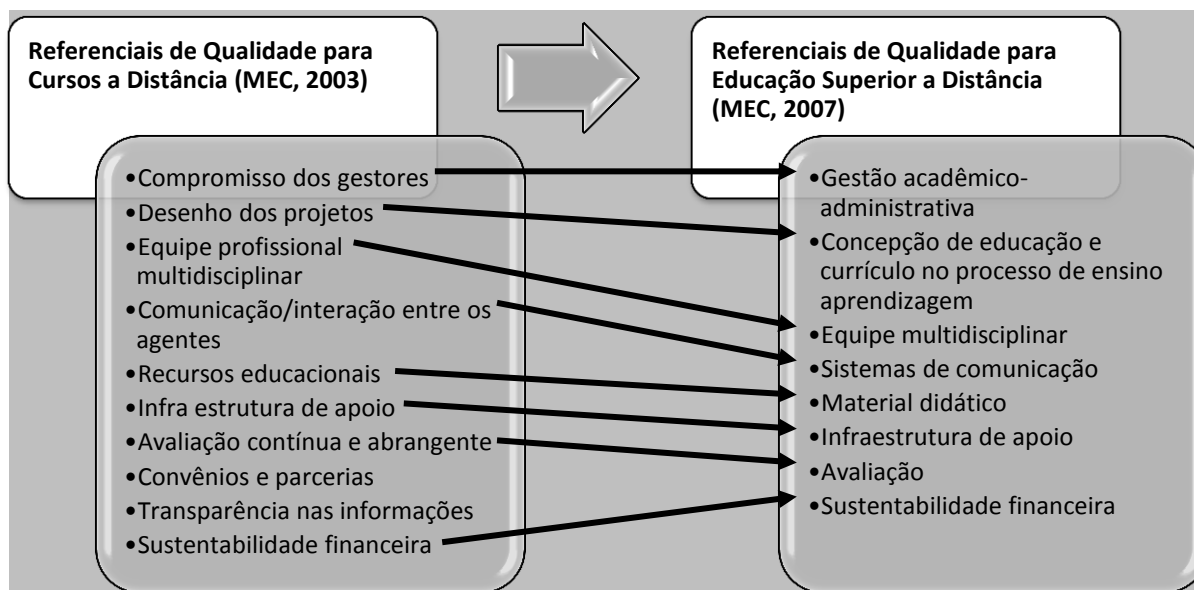


Figura 1: Itens básicos a serem contemplados nos PPP dos cursos de EAD

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de MEC (2003, 2007)

A abrangência dada aos aspectos enfatizados pelos Referenciais do MEC (2003, 2007), denotam um enfoque claramente sistêmico, preocupado em articular cada um dos vários aspectos que compõem a realização de cursos e projetos de EAD. No entanto, com vistas ao foco do trabalho, pesquisou-se dentro de cada um dos tópicos acima listados, as referências com relação ao material didático. De acordo com Preti (2010, p. 163), “ao falarmos de material didático, estamos nos referindo a uma diversidade de meios tecnológicos que podem ser utilizados no ato de ensinar, tendo como objetivo a aprendizagem por parte do estudante” (PRETI, 2010, p. 163). Seja na EAD ou no ensino presencial, o material didático é fundamental para que o processo ensino-aprendizagem efetivamente se estabeleça. Entretanto, na EAD o quesito material didático assume um protagonismo especial, notadamente pela ausência de um professor presencial, conforme enfatizado por Silva et al (2010, online): “é na EaD que este constitui-se como indispensável para a construção do conhecimento. Logo a produção do material didático é fator decisório na qualidade de um curso na modalidade EaD já que cabe a este recurso grande parte do aprendizado do aluno”.

Em linhas gerais, cada um dos 11 itens recomendados no Referencial de Qualidade para Cursos a Distância (MEC, 2003), faz menção ao material didático, conforme descrito, de forma sucinta, a seguir.

O item 1, compromisso dos gestores, afirma que “cabe ao gestor buscar financiamento para apoiar todas as ações que sejam necessárias, em especial: [...]produção de materiais didáticos, [...]” (MEC, 2003, online) e o item 2 desenho do projeto informa que uma instituição com atuação em EAD,

deverá: “pré-testar materiais didáticos e recursos tecnológicos a serem usados [...] , oferecendo manuais de orientação aos alunos” (MEC, 2003, online). No item 3, equipe profissional multidisciplinar, consta que os educadores devem ser capazes de: “definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, etc., básicas e complementares; elaborar textos para programas a distância; apreciar avaliativamente o material didático antes e depois de ser impresso, videogravado, audiogravado, etc., indicando correções e aperfeiçoamentos” (MEC, 2003, online). No que se refere ao item 4, comunicação /interatividade entre professor e aluno, os Referenciais (MEC, 2003), dizem que: a) a instituição deverá: “orientar todos os profissionais envolvidos no programa e organizar os materiais educacionais de modo a atender sempre o aluno, mas também a promover a autonomia para aprender e para controlar o próprio desenvolvimento”; e b) facilitar a interação entre alunos, por meio de procedimentos e atividades, sites e espaços que incentivem a comunicação entre os participantes. O item 5, recursos educacionais, alerta que, particularmente na EAD, a experiência em cursos presenciais não basta para assegurar a qualidade de materiais educacionais, comumente veiculados por diferentes meios de comunicação e informação. O item 6 refere-se à necessidade da instituição ofertadora de dispor de acervo atualizado, amplo e representativo de livros e periódicos, acervo de imagens, áudio, vídeos, etc. à disposição de alunos e professores, dimensionados proporcionalmente ao número de alunos, aos recursos tecnológicos envolvidos; e à extensão de território a ser alcançada. No item 7 recomenda-se que na avaliação de qualidade contínua e abrangente, no que tange ao material didático, deve contemplar aspectos científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional, de adequação aos alunos e às TICs e informação utilizadas, capacidade de comunicação. O item 9, referente à transparência nas informações, recomenda que toda a publicidade e o edital de um curso a distância devem esclarecer à população , entre outras coisas, sobre materiais e meios de comunicação e informação e outros recursos disponíveis aos alunos; com relação a sustentabilidade financeira, item 10, recomenda-se considerar a necessidade de gastos com “revisão e reedição de materiais didáticos e de reposição, manutenção e atualização de tecnologia e outros recursos educacionais” (MEC, 2003, online), mantendo uma margem de segurança no orçamento.

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC, 2007), reduz de 10 para 8 os itens que devem ser observados nos cursos de EAD, e apresentam, com relação ao material didático, as recomendações sintetizadas na figura 2.

Gestão acadêmico-administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • a logística de produção e distribuição do material didático deve ser rigorosamente gerenciada e supervisionada;
Concepção de educação e currículo	<ul style="list-style-type: none"> • estruturação curricular por meio da interdisciplinaridade e contextualização – quais conteúdos podem colaborar no processo de aprendizagem e como eles se combinam e se interpenetram;
Equipe multidisciplinar	<ul style="list-style-type: none"> • professor: definir bibliografia, videografia, etc., básicas e complementares, elaborar material didático; tutor a distância: selecionar material de apoio; profissionais da área tecnológica: apoiar professores conteudistas na produção de materiais didáticos;
Sistemas de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • devem facilitar a interação entre alunos, com atividades coletivas, adequadamente desenhadas, que incentivem a comunicação entre colegas;
Material didático	<ul style="list-style-type: none"> • sua configuração deve estar claramente especificada no projeto pedagógico do curso; deve ser rigorosamente aperfeiçoado com vistas ao seu aperfeiçoamento;
Infraestrutura de apoio	<ul style="list-style-type: none"> • bibliotecas com acervo atualizado e compatível com as disciplinas dos cursos, disponibilizado em diferentes mídias e informatizado, viabilizando consultas on-line;
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • a avaliação institucional deve ser um processo contínuo e, quanto a organização didático-pedagógica deve contemplar aspectos referentes ao material didático;
Sustentabilidade financeira	<ul style="list-style-type: none"> • prevê investimentos iniciais elevados e deve considerar reinvestimento em atualização tecnológica.

Figura 2: Orientação sobre material didático para EAD nas perspectivas dos Referenciais de Qualidade do MEC (2007). Fonte: adaptado pelas autoras de MEC 2007.

O item referente às recomendações sobre o material didático serviu de base para a pesquisa realizada e será detalhado na seção 4, que analisa os resultados percebidos.

3. Metodologia

A EAD, ao longo do seu desenvolvimento tem se mostrado um tema bastante controverso especialmente quando se evidenciam algumas fragilidades na oferta existente, tais quais:

cursos modulares aligeirados; 2) reduzida carga de ensino presencial, nem sempre conduzida por professores (substituídos por monitores e tutores; 3) fragmentação do processo de ensino:

planejamento, elaboração, acompanhamento e avaliação realizados por pessoas distintas e não articuladas no trabalho interdisciplinar; e 4) precarização do trabalho dos docentes, dos monitores e dos tutores, todos submetidos a contratos temporários. (SILVA, PESCE E ZUIN (2010, p. 15-16).

No entanto, procurando adotar uma postura de isenção, é possível reconhecer na EAD benefícios que podem ajudar a minimizar as lacunas que o ensino presencial não consegue preencher, mais especificamente no que tange às demandas por educação das populações que por múltiplas razões encontram-se excluídas do ensino nos moldes tradicionais.

Nesse contexto, o presente estudo tem como tema central a contribuição dos Referenciais de Qualidade do MEC (2003, 2007) para os cursos de EAD, tomando como base o curso de EGP/PNAP, ofertado em uma universidade federal do Nordeste brasileiro, que serviu de campo de pesquisa.

Buscou-se investigar quais são as recomendações do MEC em seus Referenciais de Qualidade (MEC 2003, 2007), com ênfase nos materiais didáticos, e de que forma essas recomendações foram apropriadas no curso pesquisado, tendo sido este o questionamento que norteou o estudo.

Para tanto, optou-se pela realização de uma pesquisa do tipo qualitativa, que, de acordo com Gray (2012, p. 135) “busca entender os fenômenos dentro de seus contextos específicos”, cabendo ao pesquisador o papel de “obter um panorama profundo, intenso e ‘holístico’ do contexto em estudo, muitas vezes envolvendo a interação dentro das vidas cotidianas de pessoas, grupos, comunidades e organizações” (GRAY, 2012, p.135).

Ao estabelecer um painel das recomendações do MEC relacionando suas implicações no campo de estudo definido, o estudo assumiu uma finalidade descritiva. Gray (2012, p. 36) define como pesquisa descritiva aquela que busca “desenhar um quadro’ de uma situação, pessoa ou evento, ou mostrar como as coisas estão relacionadas entre si”.

O primeiro passo da metodologia adotada consistiu num levantamento bibliográfico da literatura referente a material didático na EAD, visando compreender as várias percepções sobre o tema, de forma a embasar este estudo. Para Ludwig (2009, p. 51), a pesquisa bibliográfica é “o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto”.

Em seguida foi realizada uma análise documental das recomendações oficiais do governo brasileiro acerca da EAD, após o que, optou-se por trabalhar com base nos Referenciais de Qualidade do MEC (2003, 2007) e procedeu-se ao estudo mais aprofundado dos documentos selecionados, focando, dentro dos itens básicos a serem considerados pelas instituições na preparação de cursos e programas na modalidade EAD, nas recomendações referentes ao tema material didático. Nessa etapa foi realizado um painel confrontando as duas versões do documento (MEC 2003, 2007).

Identificadas as indicações do MEC para material didático, a etapa seguinte contemplou a observação do ambiente virtual de aprendizagem das disciplinas que compunham o curso pesquisado, complementada por entrevista com o gestor do referido curso.

Considerando-se que a interpretação do contexto é fundamental para o alcance de seu propósito do estudo, optou-se por realizar um estudo de caso que, de acordo com Yin (2010, p. 39), “investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real”, sendo muitas vezes utilizados de forma a permitir que se possa reter “as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2010, p. 24).

A figura 3 apresenta a caracterização do curso de EGP que serviu de caso para este estudo.

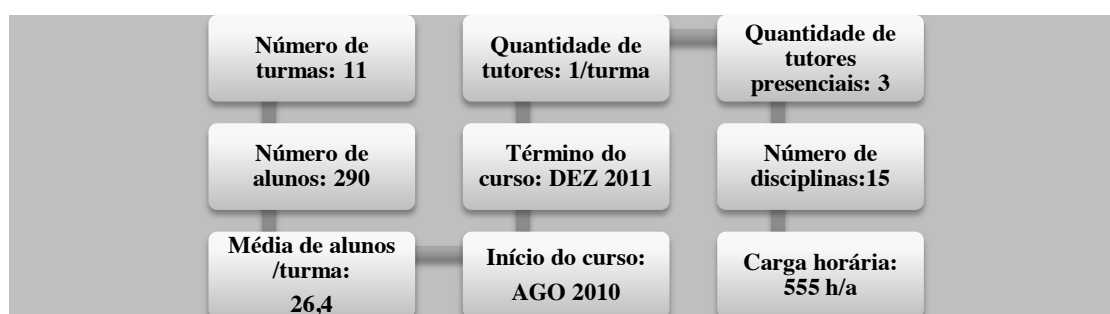


Figura 3: Caracterização do curso de EGP do PNAP.

Fonte: adaptado pelas autoras a partir de dados coletados no AVA e de entrevista com a Coordenadora do Curso.

As quinze disciplinas ofertadas foram divididas em: módulo básico (1) – comum ao curso EGP, ao curso de Gestão em Saúde (EGPS) e ao curso de Gestão Municipal (EGPM), e dois módulos específicos (2 e 3). A tabela 1 apresenta as disciplinas do curso e suas respectivas cargas horárias, distribuídas nos 3 módulos. Neste estudo serviram de fonte de dados as disciplinas EGP 1 a EGP 13, cujos desenhos favoreceram a comparabilidade entre elas.

Tabela 1

Disciplinas do curso de EGP do PNAP, realizado entre agosto de 2010 e dezembro de 2011, numa universidade do NE do Brasil.

<i>MÓDULO 1</i>	<i>MÓDULO 2</i>	<i>MÓDULO 3</i>
<i>Disciplina e C. H.</i>	<i>Disciplina e C. H.</i>	<i>Disciplina e C. H.</i>

<i>Introdução à Educação a Distância (30)</i>	<i>EGP 8 - Plano Plurianual e Orçamento Público (30)</i>	<i>EGP 6 - O Estado e os Problemas Contemporâneos (30)</i>
<i>EGP14 - Metodologia da Pesquisa Científica (45)</i>	<i>EGP 9 - Comportamento Organizacional (30)</i>	<i>EGP 7 - Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública (30)</i>
<i>EGP 1 - Estado, Governo e Mercado ((30)</i>	<i>EGP 10 - Cultura e Mudança Organizacional (30)</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - TCC III (30)</i>
<i>EGP 2 - O Público e o Privado na Gestão Pública (30)</i>	<i>Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II (30)</i>	<i>EGP 13 - Gestão Logística (30)</i>
<i>Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (30)</i>	<i>EGP 5 - Planejamento Estratégico Governamental (30)</i>	<i>EGP 11 - Gestão Operacional (30)</i>
<i>EGP 3 - Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro (30)</i>	<i>EGP 4 - Políticas Públicas (30)</i>	<i>EGP 12 - Gestão de Redes Públicas de Cooperação(30)</i>
<i>HORAS MÓDULO: 195</i>	<i>HORAS/MÓDULO:180</i>	<i>HORAS/MÓDULO: 180</i>

Fonte: adaptado pela autora a partir de MEC/UAB, 2009 e de dados do AVA do curso EGP.

Após o levantamento bibliográfico, o estudo documental, a observação do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e a entrevista, foram tratadas as informações de acordo com cada um dos quesitos observados, conforme expostos na seção 4 deste artigo.

4. Apropriação das recomendações: resultados obtidos

Dos estudos realizados nos documentos que referenciam este estudo (MEC, 2003, 2007) emergiram recomendações importantes do MEC acerca do material didático. Apesar dos dois documentos trazerem contribuições relevantes quando se trata de ofertar cursos de EAD de qualidade, sendo o segundo uma atualização do primeiro, por acomodação metodológica, mas também pelo fato do documento mais recente incorporar mais quatro anos de experiências apreendidas em EAD no Brasil e também aspectos de um marco legal em grande parte inexistente quando da realização do documento anterior, optou-se por utilizar como parâmetros de pesquisa os quesitos contemplados no documento de 2007.

Da análise documental resultou que em MEC (2007, online), foram encontradas as seguintes recomendações em relação ao material didático, que deve:

Ser compatível com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico do curso, que deve especificar a configuração do material didático que será utilizado e a equipe multidisciplinar responsável por esta tarefa – professores responsáveis por cada conteúdo de cada disciplina, e demais profissionais nas áreas de educação e técnica (por exemplo, *webdesigners*, desenhistas gráficos, equipe de revisores, equipe de vídeo, etc).

Passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), visando o seu aperfeiçoamento – o projeto pedagógico deve especificar a parcela deste material a ser produzida e pré-testada pela equipe multidisciplinar institucional antes do início do curso;

Conter mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo;

Apresentar integração entre docentes responsáveis pela produção dos conteúdos (material impresso, vídeos, programas televisivos e radiofônicos, videoconferências, cd-rom, páginas web, objetos de aprendizagem para uso a distância e outros) e a equipe multidisciplinar;

Apresentar equipe multidisciplinar composta por especialistas em desenho instrucional, diagramação, ilustração, desenvolvimento de páginas *web*, entre outros;

Buscar integrar as diferentes mídias, explorando a convergência e integração entre diferentes materiais;

Incluir um guia geral do curso - impresso e/ou em formato digital contendo informações variadas;

Ser construído de forma sistemática e organizada, preservando a unidade com os conteúdos trabalhados, quaisquer que sejam sua organização, disciplinas, módulos, áreas, temas, projetos;

Ser permanentemente atualizado;

Propiciar interação entre os diferentes sujeitos envolvidos no projeto;

Usar linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do estudante desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento;

Prever módulo introdutório - obrigatório ou facultativo - que leve ao domínio de conhecimentos e habilidades básicos, referentes à tecnologia utilizada e também forneça para o estudante uma visão geral da metodologia em educação a distância a ser utilizada no curso, tendo em vista ajudar seu planejamento inicial de estudos e em favor da construção de sua autonomia;

Detalhar que competências cognitivas, habilidades e atitudes o estudante deverá alcançar ao fim de cada unidade, módulo, disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de auto-avaliação;

Disponer de esquemas alternativos para atendimento de estudantes com deficiência;

Indicar bibliografia e sites complementares, de maneira a incentivar o aprofundamento e complementação da aprendizagem.

Na primeira etapa do estudo, relatada neste artigo, a pesquisa utilizou-se apenas de observação no AVA e de entrevista semi-estruturada com a coordenação do curso. Dessa forma, dentre os critérios elencados acima, foram observados :

1. Indicação de bibliografia e sites complementares, de maneira a incentivar o aprofundamento e complementação da aprendizagem.

Resultado: item identificado em 11 das 13 disciplinas observadas no AVA do curso, perfazendo um percentual de 84,6% de atingimento do requisito. A bibliografia e sites recomendados foram disponibilizadas de diferentes formas, no AVA de cada disciplina: na ementa da disciplina, no guia do aluno, diretamente nas recomendações de cada semana dispostas na página inicial do AVA, nos slides disponibilizados.

2. Detalhamento de competências cognitivas, habilidades e atitudes que o aluno deverá alcançar ao fim de cada unidade, módulo, disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de auto-avaliação.

Resultado: item incluso nos livros didáticos adotado nacionalmente nos cursos do PNAP, portanto contemplado no curso EGP. Notou-se também no material preparado localmente, em alguns guias do aluno, a preocupação em informar sobre o propósito das atividades sugeridas.

3. Módulo introdutório - obrigatório ou facultativo – com foco nas TIC e na visão geral da metodologia em educação a distância a ser utilizada no curso.

Resultado: previsto e realizado.

4. Atualização permanente do material didático.

Resultado: o curso estudado foi uma primeira edição, e, dessa forma, a atualização do material didático está prevista para ser realizada na segunda edição. É importante ressaltar que no planejamento orçamentário dos cursos de EAD deve ser provisionado um recurso para ser utilizado na atualização dos materiais didáticos, visto que, sendo uma modalidade onde a presença do professor/tutor é virtual na maioria do tempo, a excelência do material didático assume condição *sine qua non* na definição da qualidade do curso.

5. Inclusão de um Guia Geral do curso - impresso e/ou em formato digital contendo informações variadas.

Resultado: não foi constatada a existência de um guia geral de curso, mas foram encontrados em doze das treze disciplinas avaliadas os guias de cada disciplina ofertada. Alguns desses guias, disponibilizados online no AVA das disciplinas, continham, em parte, informações típicas do guia geral, como métodos avaliativos e dicas sobre como estudar na EAD.

Construção sistemática e organizada do material didático, preservando a unidade com os conteúdos trabalhados, quaisquer que sejam sua organização, disciplinas, módulos, áreas, temas, projetos.

Resultado: item observado em 92% (12/13) das disciplinas analisadas.

Existência equipe multidisciplinar composta por especialistas em desenho instrucional, diagramação, ilustração, desenvolvimento de páginas *web*, entre outros.

Resultado: não observada dentro das características descritas nos referenciais. Composta por professores conteudistas, produtor de vídeo, especialista em AVA e técnico de apoio ao uso das TIC.




Integração das diferentes mídias, explorando a convergência e integração entre diferentes materiais.

Resultado: verificado em 100% das disciplinas. Nesse item verificou-se a utilização das diferentes mídias na proposta didático-pedagógica dos professores, bem como sua adequação ao conteúdo e ao objetivo da atividade.

Dos quinze requisitos do MEC (2007, online) para o item material didático, obteve-se neste estudo um resultado parcial, onde foi possível observar apenas oito dos aspectos ressaltados. O estudo prossegue, estando em fase de conclusão no que se refere às demais recomendações do MEC, após o que será possível verificar na íntegra como se dá a apropriação no curso alvo deste estudo de caso das orientações contidas nos Referências de Qualidade do MEC.

Entretanto, o resultado dos itens já analisados, foi consolidado em um quadro síntese que relata quanto das proposições do MEC (2007) foram cumpridas no curso alvo da pesquisa, e, portanto, o quanto o curso atendeu aos Referenciais no que tange ao material didático, conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 2
Síntese dos resultados

ITEM PESQUISADO	RESULTADO		
			
1. Indicação de bibliografia e sites complementares	✓		
2. Detalhamento de competências cognitivas, habilidades e atitudes que o estudante deverá alcançar ao fim de cada unidade, módulo, disciplina e autoavaliação	✓		
3. Módulo introdutório com foco nas TIC e na metodologia em EAD utilizada	✓		
4. Atualização permanente do material didático	não aplicado		
5. Existência de um Guia Geral do curso			✓

6. Construção sistemática e organizada do material didático	✓		
7. Existência equipe multidisciplinar		✓	
8. Integração das diferentes mídias	✓		
Legenda: 😊 = atendeu ao requisito; 😐 = atendeu parcialmente ao requisito; ☹️ = não atendeu ao requisito.			

Fonte: elaborada pelas autoras com dados do AVA do Curso EGP/PNAP (2010-2011) e em entrevista com a coordenação do curso.

5 Considerações Finais

Este estudo foi norteado por quatro questões principais: quais os documentos brasileiros que orientam os vários atores da EAD na busca pela qualidade?; Que recomendações esses documentos trazem para a EAD?; No quesito específico material didático, quais são as orientações do MEC?; e, por fim, como essas orientações são apropriadas no curso de EGP que serviu de palco para o estudo de caso proposto?

A primeira questão foi respondida após uma pesquisa documental que levou a 2 documentos principais, os Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância (MEC, 2003) e os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC 2007) que abrangem quase a totalidade dos aspectos inerentes à EAD.

Os referenciais de 2003 e 2007 abordam 10 e 8 aspectos, respectivamente, que precisam compor o projeto pedagógico do curso de EAD. O Referencial de 2007 elimina os itens “convênios e parcerias” e “transparência nas informações” presentes no documento anterior, incorporando-os em outros itens. A pesquisa realizada baseou-se nos documentos de 2007 por tratar-se de uma versão mais atualizada do documento precedente, que incorpora um novo marco legal e a experiência acumulada com o advento da UAB, e trazem recomendações sobre os seguintes “itens básicos” que devem estar contidos nos projetos políticos-pedagógicos dos cursos a distância: gestão acadêmico-administrativa; concepção de educação e currículo no processo de ensino aprendizagem; equipe multidisciplinar; sistemas de comunicação; material didático; infraestrutura de apoio; avaliação e sustentabilidade financeira.

Apesar de nos dois documentos cada um dos itens básicos listados apresentarem recomendações sobre materiais didáticos o estudo concentrou-se no quesito específico “material didático”. Nesse item

verificou-se a existência de dezesseis aspectos que devem ser considerados em relação ao material didático. Dos dezesseis aspectos a pesquisa selecionou oito para serem analisados numa primeira etapa: indicação de bibliografia e sites complementares; detalhamento de competências cognitivas, habilidades e atitudes que o estudante deverá alcançar ao fim de cada unidade, módulo, disciplina e autoavaliação; módulo introdutório com foco nas TIC e na metodologia em EAD utilizada; atualização permanente do material didático; existência de um Guia Geral do curso; construção sistemática e organizada do material didático; existência equipe multidisciplinar; e integração das diferentes mídias.

Dos oito aspectos analisados, aquele referente a atualização permanente do material didático não pode ser verificado visto que existiu apenas uma edição do curso. Não foi constatada a existência de um Guia Geral do curso, no entanto, parte de suas atribuições apareceram nos guias do aluno referentes a cada disciplina. Em função da adoção de um livro-texto previamente confeccionado para ser utilizado no curso, a equipe multidisciplinar não foi formada pelos profissionais citados nos referenciais, sendo composta por professores, produtores de vídeo, que produziram a videoaula, pelo especialista no AVA utilizado e pelo pessoal técnico de apoio no uso das TIC. Nos outros cinco aspectos o curso atendeu aos requisitos.

Dos resultados obtidos, pode-se concluir que, excetuando-se a questão referente a atualização do material didático, que não se aplica ao curso em questão, o curso atendeu a cinco dos sete requisitos avaliados, ou seja mais de 70%. Entretanto, a finalização da pesquisa irá precisar com mais segurança se esse índice se mantém quando forem agregadas as demais recomendações.

Referências Bibliográficas e obras consultadas:

Brasil. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 dezembro de 2005. Retirado em Fevereiro 20, 2012 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/_decreto/D5622.htm.

Gray, David (2012). *Pesquisa no mundo real*. Porto Alegre: Penso.

Ludwig, Antonio (2009). *Fundamentos e prática de metodologia científica*. Petrópolis: Vozes.

Mercado, Luís (2011, Agosto). *Apostila da disciplina seminário de pesquisa em tecnologias da educação II*. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil.

Ministério da Educação (MEC) (2003). *Referenciais de qualidade para cursos a distância*. Retirado em Setembro 24, 2011 de <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ReferenciaisdeEAD.pdf>.

Ministério da Educação (MEC) (2007). *Referenciais de qualidade para educação superior a distância*. Retirado em Setembro 24, 2011 de <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>.

Ministério da Educação (MEC); Universidade Aberta do Brasil (UAB) (2009). *Projeto pedagógico do curso de pós-graduação lato sensu em gestão pública - Modalidade a distância*. Brasília: UAB.

Moore, Michael; Kearsley, Greg (2007). *Educação a distância: Uma visão integrada*. São Paulo: Thomson Learning.

Sanchez, Fábio (Coord.) (2007). *Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância*. - São Paulo: Instituto Monitor.

Silva, Marco; Pesce, Lucila; Zuin, Antônio (2010). *Educação Online: Cenário, formação e questões didático-metodológicas*. Rio de Janeiro: Wak.

UAB/CAPES (s/d a). *Histórico*. Retirado em Fevereiro 10, 2012 de http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18

UAB/CAPES (s/d b). *Histórico*. Retirado em Fevereiro 10, 2012 de http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=07.

2.64.

Título:

Wikidente, uma ferramenta de ensino, aprendizagem e avaliação

Autor/a (es/as):

Sampaio-Maia, Benedita [Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto]

Leitão, Susana [Gabinete de Apoio para as Novas Tecnologias na Educação da Universidade do Porto]

Vieira-Marques, Pedro [Centro de Informática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto]

Resumo:

A Microbiologia é uma disciplina integrada na maioria dos currículos dos Cursos de Ciências Médicas e Biológicas. Na Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, em complemento ao tradicional modelo síncrono de ensino/aprendizagem, a unidade curricular de Microbiologia adotou um ambiente de aprendizagem virtual, a plataforma Moodle. Esta